

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), fundada no ano de 1985, tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob o código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Casa Brasileira”.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, foi constituída em 08 de outubro de 2012 com início de suas operações a partir de abril de 2013. Esta controlada tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo e Manaus.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas em reunião de diretoria realizada em 16 de março de 2015.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras—Continuação

Demonstrações financeiras individuais da controladora--Continuação

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição. Suas demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no exercício que for incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado; é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e de encerramento de relação comercial

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os saldos das provisões para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e de encerramento de relação comercial estão demonstrados na Nota 13.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.13 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas, em condições normais, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	1,00%

* O Governo Federal por meio dos Decretos nºs 7.879, 8.035 e 8.116 firmou em 2013, como forma de incentivo fiscal ao setor moveleiro, respectivamente, as alíquotas de IPI para: 0% de 1 a 31 janeiro e 2,5% de 1 de fevereiro a 30 de junho; 3% de 1 de julho a 30 de setembro; e, 3,5% de 1 de outubro a 31 de dezembro. Em 2014 por meio dos Decretos nºs 8.169 e 8.280 firmou a alíquota de IPI de 4% de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos, passivos e seus valores contábeis. Eles são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que seja provável a geração de lucro tributável futuro para que essas diferenças possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são classificados como empréstimos e financiamentos e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.16 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

2.17 Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2014

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2014, não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas novas aplicadas antecipadamente em 2014

O IASB emitiu alteração do IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. A Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras separadas, conforme mencionado no item 2.1.

Normas novas ou revisadas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018): Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017): O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Alteração IFRS 11 Negócios em Conjunto (Vigência a partir de 01/01/2016): A entidade participante de uma joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.

Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.): Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.): Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016): Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Novas normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

Alterações de pronunciamentos já existentes

IFRS 7 Contratos de serviços: Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.

IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas: Esclarece-se, através da emissão de *guidance*, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS's novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes sobre as provisões, vide Nota 13.

Impostos: Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	1.258	396	1.678	709
Aplicações financeiras - CDBs	25.957	10.920	26.201	10.920
	27.215	11.316	27.879	11.629

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a uma taxa média de 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014 (101,7% em 31 de dezembro de 2013).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
No mercado nacional				
de terceiros	62.635	72.819	64.555	74.755
de partes relacionadas (Nota 18)	403	1.002	23	20
No mercado externo				
de terceiros	2.112	3.985	2.112	3.985
Cheques a receber	7.677	9.488	8.084	9.568
	72.827	87.294	74.774	88.328
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.541)	(11.726)	(13.541)	(11.726)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(1.448)	(1.891)	(1.448)	(1.891)
	57.838	73.677	59.785	74.711
Ativo circulante	44.971	64.308	46.918	65.342
Ativo não circulante	12.867	9.369	12.867	9.369
	57.838	73.677	59.785	74.711

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se a novações de créditos junto a clientes da rede. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado.

Os prazos médios de recebimento, ponderado pelo prazo médio de vencimento do faturamento, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram de 36 e 45 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	(11.726)	(8.306)	(11.726)	(8.306)
Adições	(8.897)	(4.255)	(8.897)	(4.255)
Recuperações / realizações	1.273	624	1.273	624
Baixa por incobráveis	5.809	211	5.809	211
Saldo no final do exercício	(13.541)	(11.726)	(13.541)	(11.726)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	49.415	63.717	50.595	63.405
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	2.642	3.906	3.006	4.293
De 31 a 60 dias	1.379	1.974	1.500	2.310
De 61 a 90 dias	1.576	1.275	1.632	1.663
De 91 a 180 dias	3.813	2.920	3.940	3.115
Acima de 181 dias	14.002	13.502	14.101	13.542
	72.827	87.294	74.774	88.328

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos prontos	12	86	1.842	1.473
Produtos em elaboração	2.259	3.224	2.259	3.224
Mercadorias para revenda	313	314	504	356
Matérias primas	15.298	14.804	15.298	14.804
Materiais de embalagem	15	277	15	277
Materiais intermediários	1.782	2.026	1.782	2.026
Adiantamentos a fornecedores	244	256	244	256
Materiais diversos	1.390	1.234	1.390	1.234
Provisão para obsolescência	(646)	(346)	(646)	(346)
	20.667	21.875	22.688	23.304

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	(346)	(373)	(346)	(373)
Adições	(1.275)	(912)	(1.275)	(912)
Recuperações / realizações	975	939	975	939
Saldo no final do exercício	(646)	(346)	(646)	(346)

7. Ativo mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 9.063 (R\$12.668 em 31 de dezembro de 2013) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis com o objetivo de promover a venda destes bens e acredita na realização dessas vendas no decorrer dos próximos anos. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

8. Empréstimos concedidos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos concedidos	6.327	4.045	6.327	4.045
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(200)	(371)	(200)	(371)
	6.127	3.674	6.127	3.674
Ativo circulante	2.918	1.287	2.918	1.287
Ativo não circulante	3.209	2.387	3.209	2.387
	6.127	3.674	6.127	3.674

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 11,12% ao ano (8,76% em 2013). Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

9. Investimentos

O investimento em controlada é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	625	702	-	-
Outros investimentos	82	82	82	82
	707	784	82	82

Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	
	2014	2013
Ativo circulante	5.556	4.247
Ativo não circulante	7.802	4.634
Passivo circulante	12.320	7.890
Patrimônio líquido	1.038	991
Capital social	12.600	6.800
Receita líquida	19.950	4.643
Prejuízo do exercício	(5.753)	(5.809)
% Participação	99,99%	99,99%
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(5.877)	(6.098)

* Exclui lucro não realizado nos estoques no valor de R\$124 (R\$289 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	784	404	82	404
Integralização de capital	-	100	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.800	6.700	-	-
Equivalência patrimonial	(5.877)	(6.098)	-	-
Transferência para Intangível	-	(322)	-	(322)
Saldo no final do exercício	707	784	82	82

10. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
SalDOS em 2013	1.378	20.435	6.192	4.726	85.575	120	2.483	4.806	597	5.436	131.748
Aquisições	907	498	142	131	112	-	33	104	1.764	4.247	7.938
Baixas	-	-	-	-	(1.245)	-	(31)	(245)	(137)	-	(1.658)
Transferências	-	597	990	-	8.364	-	-	583	(1.039)	(9.495)	-
SalDOS em 2014	2.285	21.530	7.324	4.857	92.806	120	2.485	5.248	1.185	188	138.028

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
SalDOS em 2013	-	(5.485)	(816)	(1.068)	(39.561)	(62)	(1.118)	(3.519)	-	-	(51.629)
Depreciações	-	(221)	(523)	(258)	(3.171)	(4)	(161)	(280)	-	-	(4.618)
Baixas	-	-	-	-	1.020	-	27	213	-	-	1.260
SalDOS em 2014	-	(5.706)	(1.339)	(1.326)	(41.712)	(66)	(1.252)	(3.586)	-	-	(54.987)

Imobilizado líquido

SalDOS em 2013	1.378	14.950	5.376	3.658	46.014	58	1.365	1.287	597	5.436	80.119
SalDOS em 2014	2.285	15.824	5.985	3.531	51.094	54	1.233	1.662	1.185	188	83.041

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
SalDOS em 2013	1.378	20.435	6.452	4.796	85.596	120	3.143	5.042	597	5.877	133.436
Aquisições	907	498	142	152	116	-	164	177	1.816	4.341	8.313
Baixas	-	-	-	-	(1.245)	-	(31)	(245)	(137)	-	(1.658)
Transferências	-	597	1.519	-	8.364	-	55	585	(1.091)	(10.029)	-
SalDOS em 2014	2.285	21.530	8.113	4.948	92.831	120	3.331	5.559	1.185	189	140.091

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
SalDOS em 2013	-	(5.485)	(827)	(1.071)	(39.561)	(62)	(1.140)	(3.532)	-	-	(51.678)
Depreciações	-	(221)	(581)	(262)	(3.172)	(4)	(215)	(315)	-	-	(4.770)
Baixas	-	-	-	-	1.020	-	27	213	-	-	1.260
SalDOS em 2014	-	(5.706)	(1.408)	(1.333)	(41.713)	(66)	(1.328)	(3.634)	-	-	(55.188)

Imobilizado líquido

SalDOS em 2013	1.378	14.950	5.625	3.725	46.035	58	2.003	1.510	597	5.877	81.758
SalDOS em 2014	2.285	15.824	6.705	3.615	51.118	54	2.003	1.925	1.185	189	84.903

Vida útil média – Em anos

-	77,98	22,47	21,79	18,76	16,58	15,63	7,63	-	-
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	---	---

Os desembolsos de caixa com aquisição de ativo imobilizado estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Aquisições efetuadas e liquidadas no exercício	7.938	9.433	8.313	11.121
Aquisições de imobilizado a prazo, realizadas no exercício anterior e liquidadas no exercício corrente	-	950	-	950
Efeito não caixa de variação cambial sobre liquidações de aquisições a prazo	-	(57)	-	(57)
Aquisições que não afetaram caixa (Nota 24)	(1.384)	(220)	(1.384)	(220)
	6.554	10.106	6.929	11.794

11. Intangível

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2013	937	90	20.090	21.117
Aquisições	739	-	10.763	11.502
Amortização	(303)	(12)	(4.036)	(4.351)
Saldos em 2014	1.373	78	26.817	28.268

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2013	940	90	20.090	21.120
Aquisições	741	-	10.763	11.504
Amortização	(304)	(12)	(4.036)	(4.352)
Saldos em 2014	1.377	78	26.817	28.272

Vida útil média em anos	6,50	12,88	7,57
-------------------------	------	-------	------

Em maio de 2014 a Companhia adquiriu fundo de comércio localizado na cidade de São Paulo pelo valor de R\$9.500 a qual passa a ser operada por sua controlada Unicasa Comércio Ltda. Esta aquisição ocorreu por meio de compensação de saldos de contas a receber de clientes apurados na data da transação.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2014, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 2.446 (R\$ 4.787 em 31 de dezembro de 2013).

12. Imposto de renda e contribuição social

Lei 12.973/2014

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei 12.973/2014 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013. A Companhia não optou pela adoção antecipada no exercício fiscal 2014, opção manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) no mês de agosto e dezembro de 2014.

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IR e CS correntes:				
Despesa de IR e CS correntes	(614)	(4.449)	(614)	(4.449)
IR e CS diferidos referentes à:				
Constituição e reversão de diferenças temporárias	4.775	(245)	4.775	(245)
Constituição de diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	2.930	2.992
Despesa (receita) de IR e CS da demonstração do resultado	4.161	(4.694)	7.091	(1.702)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Lucro antes dos tributos	(6.569)	(6.569)	18.403	18.403	(9.499)	(9.499)	15.411	15.411
IR (25%) e CS (9%) à taxa nominal	1.642	591	(4.600)	(1.656)	2.375	855	(3.853)	(1.387)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:								
Juros sobre capital próprio	2.502	900	1.626	585	2.502	900	1.626	585
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	367	132	957	345	367	132	957	345
Equivalência patrimonial	(1.469)	(529)	(1.525)	(549)	-	-	-	-
Outras exclusões/adições	(5)	(6)	58	(15)	(53)	(23)	(14)	(41)
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	12	-	56	-	12	-	56	-
Adicional de IR	24	-	24	-	24	-	24	-
Valor registrado no resultado	3.073	1.088	(3.404)	(1.290)	5.227	1.864	(1.204)	(498)
Total do IR e CS	4.161		(4.694)		7.091		(1.702)	
Alíquota efetiva	-47%	-17%	18%	7%	-55%	-20%	8%	3%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sobre diferenças temporárias:								
Ativas								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.603	3.987	616	1.163	4.603	3.987	616	1.163
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	220	118	102	(9)	220	118	102	(9)
Provisão para perda com avais	1.351	839	512	-	1.351	839	512	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e de encerram. de relação comercial	7.656	1.753	5.903	(3)	7.656	1.753	5.903	(3)
Ajuste a valor presente – AVP	560	769	(209)	(247)	560	769	(209)	(247)
Outras provisões e diferenças temporárias	277	217	60	45	277	217	60	45
	14.667	7.683	6.984	1.439	14.667	7.683	6.984	1.439
Passivas								
Diferença entre depreciação fiscal e societária	(3.403)	(1.194)	(2.209)	(1.194)	(3.403)	(1.194)	(2.209)	(1.194)
	11.264	6.489	4.775	245	11.264	6.489	4.775	245
Sobre base de prejuízos fiscais								
	-	-	-	-	5.922	2.992	2.930	2.992
Total	11.264	6.489	4.775	(245)	17.186	9.481	7.705	2.747

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários ativos registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2014 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstramos abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	9.386	9.609
2016	3.250	3.412
2017	202	512
Acima de 2017	1.829	7.056
Total	<u>14.667</u>	<u>20.589</u>

13. Provisões

a) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. A provisão está composta como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para riscos trabalhistas	1.911	1.391
Provisão para riscos tributários	1.169	1.144
Provisão para riscos cíveis	3.038	2.621
	<u>6.118</u>	<u>5.156</u>

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente ao imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia poderá vir a ser considerada parte solidária.

Em 31 de dezembro de 2014, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$15.017, os trabalhistas R\$3.437 e os tributários R\$410. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados, são suficientes para cobrir prováveis perdas. A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	5.156	5.165
Adições	4.954	5.660
Recuperações / realizações	(3.992)	(5.669)
Saldo no final do exercício	<u>6.118</u>	<u>5.156</u>

13. Provisões--Continuação

b) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos judiciais trabalhistas	640	416	640	416
Depósitos judiciais tributários	716	716	716	716
Depósitos judiciais cíveis	2.597	2.423	2.611	2.423
	3.953	3.555	3.967	3.555

c) Provisão para encerramento de relação comercial com revendedor

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de novembro de 2014, a Companhia decidiu pelo encerramento da relação comercial que detinha com um de seus maiores lojistas da rede que atuava na região de São Paulo. Com base em estudo técnico preparado pela administração, a Companhia registrou uma provisão no valor de R\$17.390 para cobrir obrigações assumidas sobre pedidos firmados junto a consumidores os quais encontravam-se pendentes de entrega e montagem na data do referido distrato. A sua movimentação no período é demonstrada como segue:

Saldo no início do exercício	-
Adições	17.390
Realizações	(992)
Saldo no final do exercício	16.398

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizaram R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. A Administração da Companhia propôs para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2015, a destinação de parcela da reserva legal no valor de R\$896 para compensação do prejuízo do exercício.

14. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva para expansão

A Administração da Companhia propôs para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2015, a reversão da reserva para expansão no valor de R\$11.518, sendo R\$1.512 para absorver parcela do prejuízo do exercício e R\$10.006 para constituição de juros sobre o capital próprio.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2014, os membros do Conselho aprovaram a proposta de distribuição de juros sobre o capital no montante de R\$ 10.006 (R\$0,1514 por ação) (R\$9.069 líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada sobre o patrimônio líquido da Companhia até 31/12/2014. A data para pagamento proposta pela Administração é 28 de maio de 2015, a ser aprovada pela Assembleia de Acionistas que ocorrerá no dia 29 de abril de 2015. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em Países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

15. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.408)	13.709
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	66.086	66.086
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (R\$)	(0,03644)	0,20744

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

16. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas operacionais				
Provisão para perda por desvalorização do ativo mantido para venda	(213)	-	(213)	-
Perda com alienação do ativo imobilizado	(248)	(40)	(248)	(40)
	(461)	(40)	(461)	(40)
Receitas operacionais				
Ganho (perda) com alienação do ativo imobilizado	(573)	386	(573)	386
Prêmio bancário (*)	2.885	2.961	2.885	2.961
Outras receitas operacionais	657	713	833	1.043
	2.969	4.060	3.145	4.390
Outras receitas operacionais, líquidas	2.508	4.020	2.684	4.350

(*) Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contrapartida a conta de outros ativos.

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(617)	(636)	(819)	(686)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(12)	(259)	(12)	(259)
Despesas com variação cambial	(520)	(414)	(520)	(414)
Ajuste a valor presente – AVP	(436)	(365)	(436)	(365)
Descontos concedidos	(2.418)	(4.532)	(2.470)	(4.561)
Outras despesas financeiras	(69)	(2.217)	(88)	(2.220)
	(4.072)	(8.423)	(4.345)	(8.505)
Receitas financeiras				
Juros recebidos	2.086	2.399	2.088	2.399
Descontos obtidos	146	153	154	156
Rendimentos de aplicações financeiras	1.766	1.858	1.785	1.858
Receitas com variação cambial	557	645	557	645
Ajuste a valor presente – AVP	4.340	4.533	4.340	4.533
Outras receitas financeiras	335	467	335	467
	9.230	10.055	9.259	10.058
Resultado financeiro líquido	5.158	1.632	4.914	1.553

18. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
Contas a receber				
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	380	982	-	-
Telasul S.A.	23	20	23	20
Total do ativo	403	1.002	23	20
Passivo circulante				
Fornecedores				
Telasul S.A.	124	-	124	-
Total do passivo	124	-	124	-
Demonstração do resultado	2014	2013	2014	2013
Vendas				
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	10.154	4.134	-	-
Telasul S.A.	637	566	637	566
	10.791	4.700	637	566
Compras				
Telasul S.A.	11.213	12.217	11.213	12.265
	11.213	12.217	11.213	12.265

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros). As operações são efetuadas a preços de mercado e com um prazo médio aproximado de compra e venda de 14 dias (7 dias em 2013).

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio aproximado de pagamento de 30 dias.

A Companhia encerrou em 2014 o leasing de uma aeronave. As despesas com esse arrendamento totalizaram R\$178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.454 em 31 de dezembro de 2013), e foram totalmente reembolsadas pelos acionistas pelo seu uso.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é controlada pela Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro conforme os prazos médios descritos anteriormente.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

18. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$1.802 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.779 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia não oferece a suas pessoas-chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

19. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas	312.629	342.141	328.241	344.647
IPI sobre vendas	(11.600)	(8.892)	(11.600)	(8.892)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(8)	(27)	(8)	(27)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ICMS ST sobre vendas	301.021	333.222	316.633	335.728
ICMS sobre vendas	(33.380)	(37.194)	(35.813)	(37.876)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/INSS)	(29.870)	(33.012)	(32.464)	(33.623)
Devoluções de vendas	(1.533)	(2.869)	(1.544)	(2.869)
Ajuste a valor presente	(3.291)	(3.441)	(3.291)	(3.441)
	232.947	256.706	243.521	257.919

20. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas por função				
Custo dos bens e serviços vendidos	(143.567)	(156.159)	(142.408)	(154.868)
Despesas com vendas	(80.308)	(61.868)	(100.073)	(69.148)
Despesas administrativas	(17.430)	(19.830)	(18.137)	(24.395)
	(241.305)	(237.857)	(260.618)	(248.411)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(39.994)	(41.448)	(52.142)	(49.165)
Despesas com insumos	(114.222)	(125.188)	(113.205)	(123.998)
Despesas com depreciação e amortização	(8.969)	(8.286)	(9.122)	(8.335)
Despesas com serviços de terceiros	(11.797)	(15.609)	(15.467)	(16.905)
Despesas com propaganda	(11.168)	(12.995)	(11.339)	(13.090)
Despesas com comissões	(2.281)	(2.721)	(2.293)	(2.721)
Despesas com provisões	(20.982)	(3.384)	(20.982)	(3.384)
Outras despesas	(31.892)	(28.226)	(36.068)	(30.813)
	(241.305)	(237.857)	(260.618)	(248.411)

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas prefixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.
- **Outros passivos financeiros** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas prefixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Instrumentos financeiros - Valor justo--Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto nos exercícios em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

Valor contábil

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	27.215	11.316	27.879	11.629
Contas a receber de clientes	57.838	73.677	59.785	74.711
Empréstimos concedidos	6.127	3.674	6.127	3.674
Passivos				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	(4.056)	(6.245)	(4.133)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	-	(557)	-	(557)

Valor justo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	27.215	11.316	27.879	11.629
Contas a receber de clientes	57.838	73.677	59.785	74.711
Empréstimos concedidos	6.076	3.612	6.076	3.612
Passivos				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	(4.056)	(6.245)	(4.133)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	-	(554)	-	(554)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por esses riscos incluem as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

I. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

II. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia ajusta a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 794 mil e não apresenta saldos a pagar em moeda estrangeira.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possui exposição em 31 de dezembro de 2014, foram definidos dois cenários diferentes para analisar a sensibilidade sobre as oscilações da taxa de câmbio. As composições dessas análises são a deterioração de 25% e 50% na taxa de câmbio em relação à taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2014 de R\$2,66. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	2.112	1.584	1.056
Deterioração da taxa em:				
Referência para taxa de Câmbio:				
Dólar		2,66	2,00	1,33
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(528)	(1.056)

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- Risco de mercado--Continuação

III. Risco de preço das commodities

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima (chapas de MDF e MDP) a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5 e na 2.5.

Contas a receber

O risco de crédito ao cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 24 clientes (13 clientes em 31 de dezembro de 2013) responsáveis por 50,77% (50,41% em 31 de dezembro de 2013) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O perfil do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2014 consiste em saldo de fornecedores, com vencimento de até três meses, conforme a tabela a seguir, assim a Companhia não possui juros futuros contratados.

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Total
Fornecedores	4.133	-	4.133
	4.133	-	4.133

c) Gestão do capital social

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	-	557	-	557
Fornecedores	4.056	6.245	4.133	6.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(27.215)	(11.316)	(27.879)	(11.629)
Dívida líquida	(23.159)	(4.514)	(23.746)	(4.761)
Patrimônio líquido	192.889	205.303	192.889	205.303
Patrimônio líquido e dívida líquida	169.730	200.789	169.143	200.542

22. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Exercício de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendáveis e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	2014	2015	105.500
Estoque	2014	2015	20.200
Edificações	2014	2015	36.000
Lucros cessantes	2014	2015	20.092
Responsabilidade civil para administradores	2014	2015	10.000

23. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

Receita bruta de vendas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	305.681	333.171	321.293	335.677
Mercado externo	6.948	8.970	6.948	8.970
	312.629	342.141	328.241	344.647

24. Transações que não afetam caixa

As transações que não afetam caixa no exercício foram:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Transferência de adiantamentos e antecipações para o intangível	(222)	-	(222)	-
Transferência de imóveis mantidos para venda para o imobilizado	(1.384)	-	(1.384)	-
Transferência de ponto comercial de investimentos para o intangível	-	(322)	-	(322)
Aquisição de pontos comerciais e imobilizado com créditos a receber de lojistas				
Contas a receber	(10.541)	(3.211)	(10.541)	(3.211)
Fundo de comércio – Intangível (Nota 11)	10.763	2.991	10.763	2.991
Imobilizado (Nota 10)	1.384	220	1.384	220

25. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 2014 (Consolidado)
Até um ano	2.747
Acima de um ano e até cinco anos	7.283

A despesa média mensal de aluguéis pagos em 2014 é de R\$226 (R\$154 em 2013). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro e cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os aluguéis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o exercício de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.